



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Patrimônios (in)visíveis, colonialidade(s) em escuta

v 10 | n 18 | jan-jun 2021

O edificado colonial de Luanda e o
fazer histórico em sala de aula:
potencialidades e caminhos para
falarmos de história
pública e lugares de memória

Yuri Manuel Francisco Agostinho



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

AGOSTINHO Yuri Manuel Francisco. O edificado colonial de Luanda e o fazer histórico em sala de aula: potencialidades e caminhos para falarmos de história pública e lugares de memória. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v.10, n. 18, p. 131-150, jan-jun 2021. Semestral.

O edificado colonial de Luanda e o fazer histórico em sala de aula: potencialidades e caminhos para falarmos de história pública e lugares de memória

Yuri Manuel Francisco Agostinho¹

Resumo

O artigo tem como objectivo mostrar uma experiência em sala de aula a partir de um fazer histórico. Neste contexto o fazer histórico em sala de aula pode ser entendido como um agregado de estratégias para o ensino. Por isso, elegemos o edificado colonial de Luanda, inscrito no grupo Luanda do Antigamente no Facebook, como assunto. A partir deste procedimento, tornamos a sala de aula um espaço de produção do saber e que possibilitou articular história pública e lugares de memória.

Palavras-Chave: edificado colonial de Luanda; fazer histórico em sala de aula; história pública e lugares de memória.

Abstract

The article aims to show a classroom experience from historical making. In this context, the historical making in the classroom can be understood as an aggregate of strategies for teaching. That is why we elected the Luanda's colonial edifices inscribed in the group Luanda do Antigamente on Facebook as a subject used in the classroom. From this procedure we turned the classroom into a space of knowledge production and a place that made possible to articulate public history and places of memory.

Keywords: Luanda's Colonial Building; historical making in the classroom; public history and places of memory.

¹ Possui graduação em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (2010) e mestrado em Ensino de História de África pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (2016). Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Email: yanessanguifada@gmail.com.

Introdução

Ao olharmos o espaço público de Luanda, o visível se apresenta através de objetos urbanos que se inscrevem numa cidade com o passado presente. Luanda como uma cidade colonial ontem, seus resquícios do passado presente representam um hoje que se configura em outra dimensão, passível de diversas interpretações. Sua estrutura como cidade insere-se num tempo – “interior e exterior” e num espaço – “interior e exterior”². Logo, quem lê o seu espaço público ou o seu patrimônio arquitetônico pode criar “regime(s) de historicidade(s)” na sua forma de observar. É o que Hartog (2006) levanta no seu artigo *Tempo e patrimônio*, o que ele nomeia de “presentismo” – onde se vive entre a amnésia e a vontade de nada esquecer. Este regime de historicidade é a forma como cada sociedade estabelece relações com o passado (HARTOG, 2006). Neste contexto, contemplarmos as práticas do grupo Luanda do Antigamente no Facebook nos dá margens para falarmos do edificado colonial de Luanda na perspectiva de que um “novo regime de escrita” também pode estar atrelado a uma leitura da cidade.

Este novo regime de escrita para o nosso caso segue uma narrativa ligada a uma experiência em sala de aula e a um fazer histórico. Rüsen (2015) em *Teoria da história: uma teoria da história como ciência* é categórico em dizer que a teoria da história não pode se limitar na interpretação e na reflexão do pensamento histórico. Para ele, a teoria da história deve ser abrangente. Sendo ela extensiva à teoria, elabora três dimensões: uma disciplinar; uma interdisciplinar e uma transdisciplinar. Se olharmos nas três dimensões, a teoria da história vai além dos limites da história como disciplina especializada. Neste contexto, “a teoria da história possui uma relação particular estreita com a didática da história, que se ocupa da cultura histórica, como contexto, e da consciência histórica, como meio do ensino e da aprendizagem histórica” (RÜSEN, 2015, p. 33-34).

Se o ensino da história é um saber histórico e uma interpretação da história, neste contexto o que seria o fazer o histórico nesta experiência em sala de aula que pretendemos narrar? O fazer histórico em sala de aula pode ser entendido, como um agregado de estratégias para o ensino de história. Por isso, elegemos o edificado colonial de Luanda, inscrito no grupo Luanda

² Aqui, referimo-nos às dimensões da memória. A memória opera no tempo interior e no tempo exterior. O acto de rememorar lugares de uma cidade pode nos levar a uma cidade que está dentro de nós ou a uma cidade que se encontra no nosso exterior.

do Antigamente³ como um elemento com potencial para ser utilizado em sala de aula e, a partir desta experiência, tornar a sala de aula um espaço de produção do saber. Por outro lado, captamos o som do ambiente em sala de aula com a ajuda de um gravador de som. Posteriormente, transcrevemos o essencial dos vários momentos e decidimos trazer os relatos de uma experiência em sala de aula com aportes de uma bibliografia que foi utilizada para fomentar os debates. Por outro lado, decidimos apartar e narrar esta experiência com limites e possibilidades, para podermos entender o fazer histórico, o espaço da sala de aula e as fontes históricas como elementos que assumem papel fundamental na prática do ensino de história.

Em que sentido podemos falar de uma história pública proveniente de um fazer histórico em sala de aula?

Podemos falar de história pública proveniente de um fazer histórico em sala de aula sob várias perspectivas. A primeira assenta-se na própria história pública e no associar do nosso fazer histórico como prática docente em sala de aula, ou seja, na qualidade de ser um profissional que trabalha com a história, utilizei o grupo Luanda do Antigamente como meio de reflexão sobre o ensino e, a partir desta prática, conseguimos divulgar e trazer reflexões sobre o edificado colonial de Luanda. Por que utilizei este grupo inscrito numa rede social como meio de reflexão sobre o ensino⁴? Talvez Malerba (2017) consiga nos dar a resposta, quando ele diz “meios e públicos – a história já não está confinada apenas na academia, a sua difusão não limita-se apenas por via do livro editado” (MALERBA, 2017, p. 142).

Se olharmos para as várias dimensões da história pública, iremos encontrar um vasto campo de pesquisa que abarca reflexões no público e nas suas múltiplas práticas. Neste contexto, as imagens que representam o edificado colonial de Luanda se inscrevem numa relação entre a história pública e o ensino. São múltiplas as práticas no âmbito didático para ajudar os alunos na articulação do conhecimento histórico escolar. Livros, textos de apoio, filmes, músicas, literatura, teatro, canais de internet, fotografias, pinturas, jogos, património e museus. São alguns exemplos de muitos que perfazem a diversidade de fontes, linguagens e

³ Neste grupo, não tomamos em consideração as seguintes variáveis: “raça”, sexo, idade e local onde habitam as pessoas que fazem parte do grupo. Mas, numa análise das diversas narrativas provenientes de comentários feitos nas fotografias que são postadas no grupo, podemos arriscar que grande parte dos integrantes do grupo são pessoas que passam da faixa etária dos 40 anos de idade e que num passado próximo viveram em Luanda. Esta breve análise é sustentada por causa da forma como eles narram os vários lugares de memória e os episódios nestes lugares.

⁴ Experiência em sala de aula foi feita no extinto Instituto Superior de Artes em 2019. Atualmente, a Faculdade denomina-se Faculdade de Artes, instituição pertencente a Universidade de Luanda.

bases que podem servir de utilidade tanto em sala de aula como fora do espaço escolar (FERREIRA, 2018, p. 34).

Ao levarmos as imagens do edificado colonial de Luanda para a sala de aula, instituiu-se naturalmente uma melhor participação dos intervenientes do processo de ensino e aprendizagem, onde o diálogo performativo permitiu problematizar assuntos, datas, e associar questões sobre a cidade, onde a memória, a paisagem urbana e o espaço público foram as principais unidades de análise. Por outro lado, os alunos foram recomendados a continuar com o diálogo fora da sala de aula, ou seja, a nossa recomendação foi de que eles fossem capazes de estabelecer um diálogo com seus familiares e, posteriormente, passassem a dialogar com outras pessoas sobre os assuntos debatidos, para que depois pudéssemos mensurar até que ponto o aprendizado em sala de aula se distingue de outras experiências fora deste contexto.

A intenção é mostrar potencialidades do fazer histórico em sala de aula com a colaboração da história pública. A inclusão de fotografias representando o edificado colonial de Luanda, assim como as narrativas e as experiências do passado, provenientes de pessoas que postaram e comentam fotografias no grupo Luanda do Antigamente, fazem a ligação entre os meios e o público, ou seja, ao demonstrarmos aos estudantes a proveniência do material, sua utilidade em sala de aula como meio de reflexão para o ensino e os relatos que se debatem neste grupo virtual, permitimos a criação de condições para um ambiente interativo e multifacetado. O professor deve contemplar e responder às demandas dos tempos atuais:

do acadêmico, produtor de pesquisas e propósito de debates que atualizam a historiografia; do estudante, cuja vivência sociocultural, política e econômica ajuda a conformar uma percepção de conhecimentos; e do histórico circulante, construído por meio de variadas linguagens, narrativas e suportes culturais (FERREIRA, 2018 p. 35).

A paisagem urbana de Luanda, locais públicos, as práticas urbanas e o edificado representam em grande parte o acervo digital do grupo Luanda do Antigamente, ao serem inseridos em sala de aula, através da projeção de imagem com auxílio de um projetor, este acervo digital estabelece relações a partir de um quadro virtual e vai para um espaço de reflexões e debates acerca daquilo que o passado nos dá para ver, sobre aquilo que foi a cidade de Luanda e o que está inscrito nela: um passado vivo e aquilo que é possível associar a partir de um congelamento visual de quem vê a fotografia. Estamos a falar por exemplo da cidade: seus limites, sua estrutura demarcada no edificado, a sua espacialidade demarcada, as narrativas provenientes do olhar, o esquecimento, o reconhecimento de lugares, o tempo visível e não

visível. Associar várias dimensões no fazer histórico em sala de aula permitiu dar e criar novas inscrições no saber do estudante.

O exercício de olhar o edificado colonial de Luanda em sala de aula permitiu-nos ir ao encontro de vários lugares encravados no registro e nas marcas de um passado presente, que se transforma num quadro afetivo e de pertença, é aquilo que podemos articular, a cidade são as pessoas, por isso ela é de todos. O uso do tema edificado colonial de Luanda no espaço da sala de aula foi na mesma tonalidade e no aproximar da observação que Lefebvre (2002) inscreve ao olhar o fenômeno urbano, nos métodos descritivos da cidade, que ele denomina por descrição fenomenológica: “A descrição fenomenológica ocupa-se dos laços entre os cidadãos e o sítio, ela estuda o ambiente, as disparidades do espaço, os monumentos, os fluxos e os horizontes da vida urbana” (LEFEBVRE, 2002, p. 52).

A forma como levamos o tema e o método, assim como os recursos para o ensino em sala de aula, será que respondem a questões sobre a ampla significação do conceito de história pública? Ou talvez a questão que Jill Liddington (2011) coloca e muito bem da seguinte forma: “Então: agora somos todos historiadores públicos?”. Me parece que hoje a história pública pode ser feita de várias formas e por historiadores públicos que respondam “passados utilizáveis” expressão cunhada por Jordanova (2000) em *History in practice*.

Neste contexto, ao levarmos o tema o edificado colonial de Luanda para a sala de aula, naturalmente criamos uma relação entre a escola com a história pública. A escola é o local nobre, quando se propõe refletir sobre a relação entre história pública e ensino. Igualmente podemos falar nas entrelinhas que nas considerações do trabalho docente há uma centralidade para a prática (FERREIRA, 2018, p. 33). O ensino de história abre espaço para a história pública em sala de aula e, a partir deste marco, pode-se ter atenção ao tipo de estratégia tomada pelos professores para o auxílio no processo de formação em termos de conhecimentos e, por outro lado, na leitura dos eventos históricos e a relação do presente com a memória e o passado. Apresentar o edificado colonial de Luanda em sala de aula com instrumentos acessíveis, provenientes do grande público (rede social – grupo Luanda do Antigamente) configura-se num dispositivo com um resultado que sinaliza à preservação de uma memória histórica urbana.

Trabalhar com diversas fotografias no espaço de sala de aula representa também uma maneira de olharmos o passado por meio das modificações históricas que é possível acessar através da comparação de fotografias e na sinalização do tempo e do espaço. As narrativas provenientes do contemplar o edificado colonial de Luanda em sala de aula conectam o tecido

da memória e da história. Por outro lado, estas narrativas também ligam tempos e espaços na articulação de pessoas com as respectivas experiências no espaço urbano de Luanda. Meneses (2018) fala em construções edificadas, conhecimentos, fazeres, sujeitos e outras formas de representação que compõem almanaques de experiências reconhecidas, originando, desta forma, narrativas de pertença que assumem um caráter público e que muitas vezes transmitem singularidades (MENESES, 2018).

O conhecimento histórico passa pela escola e também pelo grande público, os livros e outros recursos são utilizados em vários circuitos. Neste contexto, Magalhães et al. (2014, p. 8) vai discorrer na apresentação do livro *Ensino de História: usos do passado, memória e mídia. A relação do passado com o presente*, dimensões do passado – presente, decursos que podem acondicionar não só a visão do universo dos professores de história, mas especialmente suas práticas de ensino e de investigação, suas opções: teóricas e metodológicas, suas relações no meio escolar e o seu cotidiano na sala de aula. Para o conhecimento histórico, o tempo presente é um elemento fundamental para análise daquilo que construímos do passado, este conhecimento também pode atuar na maneira como os professores pensam sua forma de ensinar.

Neste sentido, a sala de aula configura-se num espaço propício para articular o passado e o presente através de múltiplas abordagens, sem fugir das leituras intercessoras provenientes do social, lugar que é sempre demandado com a figura do tempo e as suas dimensões. Em sala de aula podemos, por exemplo, pegar nestas dimensões do tempo e falar sobre as várias transformações de um determinado lugar na cidade. E também olhar as continuidades e descontinuidades provenientes da leitura destes lugares. O que ele nos dá a ver hoje e o que poderá ser o devir? Este exercício em sala de aula pode indicar aquilo que Koselleck (2001) orienta: sair da doutrina das condições de possibilidade de história, ou seja, o autor nos mostra que é preciso desconstruir e sair de uma determinada teoria que é construída numa determinada época ou num lugar e que muitas vezes é congelada em períodos longos. Por isso, é necessário “rachar” o espaço da sala de aula, isso serve para desconstruir os conceitos totalizantes.

Por outro lado, Deleuze (1992) em *Conversações* nos diz que o olhar lógico proporciona o conduzir de novas representações, suscitando, desta forma, problemas que podem relançar novas colocações. Por sermos seres estadistas, temos aptidão de poder nomear poderes e objetivos, na materialidade e na intelectualidade. Neste contexto, a filosofia admite atuar em intercessões e nas relações externas, por isso, é indispensável, para o historiador, criar relações

e experiências que lhe ajudem a interagir com aquilo que ele pesquisa: imaginar, conceber e querer (DELEUZE, 1992). Neste sentido, o fato de levarmos para a sala de aula o edificado colonial de Luanda e a história pública é um dos caminhos, um desafio. Só há uma realidade: é o fato de o edificado colonial de Luanda ser constituído em grande parte por áreas de expansão e transição, resultando desta forma numa situação urbana colonial, onde a ordenação dos espaços e as diferenciações demarcam fronteiras no tecido urbano.

Será que o período colonial pode ser o ponto de partida para falarmos de um legado? Será que as estruturas do edificado de Luanda podem ser vistas ou acessadas através de uma viagem com destino aos espaços de recordação? A partir deste ponto, podemos conferir e dialogar com os processos de continuidade e de descontinuidade para que possamos compreender as várias cidades que se estabeleceram a partir do fazer e do pensar a cidade.

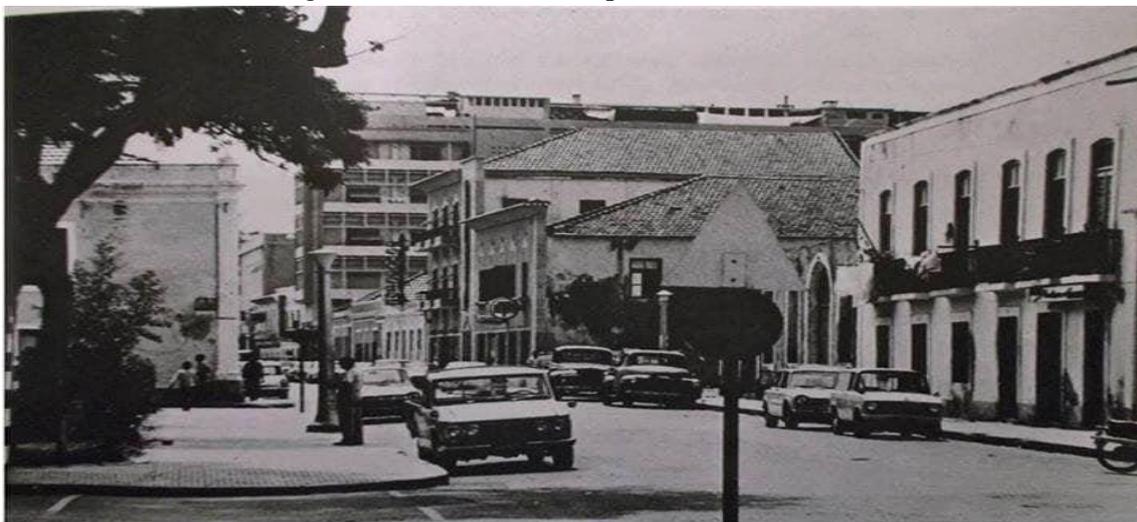
Com um clique ou vários cliques, quais são os lugares de memória pertencentes ao edificado colonial que o Luanda do Antigamente nos apresenta em sala de aula?

A sala de aula usa seu espaço como meio para conectar o passado e o que está vivo na consciência dos estudantes. A memória dos estudantes naquele momento passou por um processo contínuo, para aqueles que conseguiram reelaborar o pensamento, ou seja, ao olhar as imagens e lembrar de alguns elementos que constituem a imagem e o não lembrar fazem parte de um processo de continuidade, este segmento permanece no interior e no exterior dos estudantes. O que fica no interior dos estudantes são os vários lugares de memória que permanecem à espera de um estímulo proveniente do exterior. No nosso caso, as fotografias provenientes do grupo do Facebook Luanda do Antigamente serviram de chamamento para os lugares de memórias dos estudantes que possibilitaram ir ao encontro de outros lugares, como é o caso, por exemplo dos lugares de memória pertencentes aos membros do grupo Luanda do antigamente que comentaram no grupo.

Neste momento, temos que falar sobre a operacionalidade da memória nestes dois espaços: o primeiro espaço é um espaço virtual, onde cada membro do grupo vai e comenta aquilo que vê na fotografia, aquilo que se recorda e também aquilo de que não se lembra, com estas dimensões da memória encontramos vários lugares. Podemos ver, por exemplo na imagem abaixo, os vários lugares de memória de uma paisagem urbana. Se olharmos para o tempo presente, este local ainda se faz presente na cidade de Luanda, embora modificado, mas, mesmo

assim, alguns estudantes conseguiram identificar este local e, por outro lado, conseguiram trazer para o espaço da sala de aula outros lugares pertencentes ao olhar distanciado da imagem.

Figura 1 – Bairro dos Coqueiros: Rua Avelino Dias.



Fonte: Postado por João Antunes no Grupo do Facebook Luanda de Antigamente.⁵

1. Eu trabalhei nessa padaria nas vendas, fiz o curso de panificação no jumbo pão de açúcar em 1976 convívio com o pessoal da mercearia e outros os da gráfica vinham levar o pão na padaria naquela rua havia três hotéis, Luanda, Lisboa e o Paris rua Avelino Dias.
2. O bairro que eu frequentava ia comer o pão de madrugada naquela padaria com manteiga era divinal.
3. Corretíssimo, também lá fui muitas vezes.
4. Era o ponto de encontro das famílias. Fui muitas vezes morava pertinho!
5. Agora muito diferente! Só tem um sentido, para quem desce. Tem um prédio, acho que onde tem as carrinhas estacionadas, tem a Igreja Universal, tem o Museu de Antropologia, recentemente foi restaurada uma pensão que agora é uma associação, a padaria desactivada desde 2000, o jardim está uma lástima, enfim...
6. Essa padaria era o ponto de encontro com amigos! Íamos de casa a noite já levávamos a manteiga de casa. O pão quentinho e comíamos na praça em frente! Era uma época maravilhosa, Anos 62-63!

Halbwachs (1990), ao discorrer sobre o que é memória coletiva e o que é história, possivelmente poderá nos auxiliar na análise dos lugares de memória relatados acima. Para o autor, a memória coletiva se distingue da história em dois aspectos: o primeiro é que a memória é uma constante do pensamento contínuo, ela não é fictícia, ela só guarda o passado, unicamente

⁵ ANTUNES, João. Mais uma boa recordação do Bairro dos Coqueiros - Rua Avelino Dias. 11 de janeiro de 2021. Facebook groups: Luanda do antigamente. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=3538085512907547&set=gm.400363864361145>. Acesso em 05 de junho de 2021.

o que ainda está vivo ou apto a viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa as balizas deste grupo. Para o caso da história, o autor afirma que a história é uma recolheita dos fatos que abarca o maior espaço na memória dos homens (HALBWACHS, 1990). Neste contexto, ao encetarmos novamente o nosso olhar para o exemplo acima, deparamo-nos com vários comentários provenientes de um grupo que congela: um determinado limite da cidade; um sentido; lugares; pessoas; limites espaciais e várias experiências que vão ao encontro do vivido que se encontra no passado: “eu trabalhei”, “o bairro que eu frequentava”, “era diferente”, “também lá fui muitas vezes”, “agora muito diferente”.

Diante do que foi exposto, é importante trazer a pergunta feita por um estudante em relação ao lugar e ao corrido, ou seja, qual seria a relação da memória, o lugar e o ocorrido? Para responder a esta questão, dissemos que uma memória topófila sempre existira, uma predileção ou ligação sensível que alguém possa manifestar em relação a determinados lugares. Neste contexto, “a memória enraíza-se nos territórios, nos itinerários, nos espaços públicos, em torno de fronteiras, servindo o lugar como índice de recordação” (CANDAU, 2005, p. 188). Por isso, no exemplo acima vimos num único lugar várias situações e vários episódios.

Se Halbwachs (1990) afirma que a memória coletiva é um centro de tradições, por outro lado ela é sinónimo da lembrança viva. A lembrança viva é uma memória social, foi desta forma que os estudantes compreenderam, ficou bem claro que a rememoração se dá com a questão do esquecimento. Esquecer e lembrar são fundamentais para podermos entender a memória. Para eles, parece que vivemos num momento em se vive e não queremos esquecer o que vivemos. Esta questão de querer registrar é muito atual, daí falamos de um processo de aceleração. Por isso, Nora (2012) nos diz que o sentimento de continuidade torna-se residuário aos lugares, se existem lugares de memória é porque há meios de memória. Neste contexto, o grupo Luanda do Antigamente, a rede social na qual o grupo está inserido e o edificado colonial de Luanda configuram-se numa forma para assegurar a mediação daquilo que é memória e daquilo que é história.

Por sermos contemporâneos, nós aprendemos com o nosso tempo, mas o grande problema é que não habitamos na nossa memória, por isso é que Nora (2012) explica que temos sempre de consagrar lugares de memória. Por exemplo, na imagem abaixo:

Figura 2 – Hotel Tropico.

Hotel Tropic, rua Luis de Camoes, anos 70



Fonte: Postado por Luanda - Imagens dos velhos tempos no Grupo do Facebook Luanda de Antigamente ⁶

Trabalhamos com os estudantes na perspectiva de estar e não estar no contemporâneo, ou seja, se colocar nos dois lugares (passado e presente). O deslocamento que a imagem situada acima provocou em sala de aula, uma relação com as disposições na longa duração. Será que estes prédios têm a mesma função em relação à cidade de ontem? Qual é a funcionalidade do edificado como espaço frequentado em relação ao período em que a imagem faz referência? Se olharmos para os relatos do público proveniente da imagem no Facebook, temos como resultado vários lugares:

1. Desde essa foto aí as coisas não mudaram muito.
2. Estive hospedado na segunda vez após serviço militar de 67/69.
3. Lindo hotel estive lá a fazer remodelação
4. Trabalhei aí num desses prédios na inspeção provincial das atividades econômicas que saudades.
5. Descendo e a seguir ao Trópico, havia outro hotel que agora não me lembro do nome...
6. José António Charulla Hotel Tivoli!
7. O hotel onde foi o almoço do meu casamento.
8. Ainda tive o privilégio de lá almoçar durante o ano de 1976. Um menu de acordo com o prestígio do estabelecimento: peixe-espada frito e arroz trinca. À época só havia comida de jeito na ilha, no Hotel Panorama. No mesmo ano, no Garfo, no bairro de Alvalade, havia arroz com peixe frito ao almoço e peixe frito com arroz ao jantar, só conseguia comer depois de envolver tudo em sumo de limão.
9. Franklin Rêgo Saraiva, nesse ano a ementa era a mesma em todos os estabelecimentos hoteleiros, não havendo produtos à venda. A exceção era, como mencionei antes, o Hotel Panorama, na Ilha de Luanda, onde se hospedavam convidados e visitas oficiais...
10. Nos anos 90, estava eu no terraço do hotel Trópico, onde ficavam as tripulações da TAP, a filmar o pôr-do-sol, com cores únicas, como os kambas bem lembram, quando sou abordado por uns 5 soldados das FAPLA, armados com kalashnikovs.

⁶ Luanda - Imagens dos velhos tempos. Hotel Tropic, rua Luís de Camões, anos 70. 06 de janeiro de 2021. Facebook groups: Luanda do antigamente. Disponível em: <https://www.facebook.com/687285931435889/photos/a.687674474730368/1845191322312005/>. Acesso em 05 de junho de 2021.

11. "O que estás a fazer aqui em cima? Respondi que filmava o por do sol. Não podes... Só podes filmar na rua. E eu sem pensar disse... Mas na rua só tem merda... (e nessa altura era isso que se via)... E eles levaram a cassete. Mas então lembrei-me que tinha nessa cassete uma gravação do motorista da carrinha que nos levava ao Mussulo. Com considerações pouco abonatórias sobre o Zebu... Fui ter com o diretor do hotel e contei-lhe o que me preocupava. Pedi-lhe para chamar os soldados e consegui negociar com eles a cassete por troca com meia dúzia de garrafas de vinho, convencendo-os com vídeos de férias com a minha família em Cuba e no Brasil. No fim da conversa já era chamado de camarada.

Os estudantes conseguiram distinguir alguns prédios na fotografia acima, para eles os prédios se encontram no mesmo lugar e com a mesma função. De fato, concordamos, mas também é uma realidade que hoje, nesta avenida, podemos encontrar uma paisagem com coisas novas, ficou claro que é preciso ir à cidade ruminar o que é perceptível ver, para podermos encontrar as estruturas, uma vez que elas permitem mudanças e são elementos que têm uma duração mais longa. Mas é preciso compreender que o passado está sempre no presente e que existem várias camadas do passado no presente, neste contexto as estruturas envolvem lugares de sujeitos; numa conjuntura ocupada por outros sujeitos e outros lugares que naturalmente se modificam com o andar do tempo.

Ainda na senda dos comentários expostos anteriormente, asseguramos que eles configuram-se e transitam para um microlugar de memória. Neste sentido, os estudantes perguntaram a que se deve esta transição, professor? Este processo de transição de um lugar de memória para um lugar micro dá-se na questão da escala, ou seja, um lugar como um bairro ou uma rua podem ser lugares de grande importância para um grupo; Martin de La Soudière chama estes lugares de “altos lugares comuns” (MICOUD *apud* CANDAU, 2005 p. 192). Logo, podemos aferir até que ponto determinado lugar de memória pode ser significativo em termos de papel na memória coletiva de determinada coletividade.

Ao analisarmos estes lugares de memória em sala de aula, ficou patente que a memória não é uma faculdade de catalogar lembranças numa prisão ou de inscrevê-las num registro. O passado se conserva por si mesmo, automaticamente. Inteiro, sem dúvida, ele nos segue a todo instante: o que sentimos, o que pensamos, desde a nossa primeira infância, está aí, inclinado sobre o presente que a ele irá se juntar, forçando a porta da consciência que gostaria de deixá-lo no exterior (BERGSON, 2006). Também discorremos pelo fato de que não podemos ver a memória como uma totalidade, em imagem de Proust, Benjamin (1994) sustenta no fato de que o passado nunca volta enquanto tal: ou seja, existe uma distância entre a vida vivida e a vida lembrada que Proust não cansa de sublinhar (BENJAMIN, 1994).

É fundamental reiterarmos que para termos estes lugares de memória é preciso ter meios ou ter em conta outras disposições, por exemplo: é preciso criar arquivos, é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres e notariar atas. Os lugares de memória surgem e habitam da suspeita que não há memória espontânea, por isso é importante reforçar a ideia do registro (NORA, 2012). Por outro lado, em sala de aula, tivemos que encetar também reflexões sobre o que é contemporâneo, o que é um arquivo, para que os estudantes entendessem a operacionalidade dos lugares de memórias. No momento, tivemos que ir buscar leituras feitas por nós para poder elucidar convincentemente os estudantes. Falamos que ser contemporâneo é uma forma de ter audácia e, acima de tudo, ter inteligência de sustentar o observar no “preto” do tempo, mas também é ter a aptidão e entender que esse “preto” contém uma luz, vinda na nossa direção como também a distanciar-se desmedidamente de nós (AGAMBEN, 2009).

É de realçar que ao olharmos o contemporâneo na perspectiva de Agamben (2009), ficou patente em sala de aula que o exercício de ler o edificado colonial de Luanda impõe um estatuto na forma de sermos contemporâneos, uma vez que ser contemporâneo é entender o que acontece, é também compreender deslocamentos do tempo histórico e social e, acima de tudo, assimilar o tempo e compreender distâncias que marcam balizas temporais e espaciais. Ao observarmos a cidade de Luanda e o seu edificado, iremos encontrar sem sombra de dúvidas vários lugares que sinalizam espaços modificados, rastos e experiências que exprimem a cidade através da palavra, da escrita, do visualizável, do palpável e do pensamento.

Este exercício de olhar o edificado colonial de Luanda em sala de aula demonstra claramente que a cidade não se resume no seu edificado ou traçado, ela é muito mais do que isso, ou seja, são as pessoas que fazem a cidade. A cidade é feita nas relações entre as medidas do seu espaço e os acontecimentos do passado e do presente. O que conservamos de um determinado lugar? O que sentimos ao passar num determinado lugar na cidade? Quais são as experiências provenientes de um determinado lugar?

Isso faz-me lembrar as memórias de Antero Abreu (2019), na cidade de Luanda, sobre um assunto que ele não se cansa de voltar às suas memórias e trazer para o presente. Ele já tinha narrado estas experiências na altura em que foi entrevistado por Michel Laban (2002), no projeto denominado por *Angola: Encontro com Escritores*, e me surpreende agora no seu livro de memória, *Farrapos de memória (Angola – Portugal)*, voltar a pronunciar-se sobre o assunto:

Já anos antes, segundo se contava, um outro moço de cor, que se atreveu a quebrar o tabu, fora imediatamente proibido de frequentar a praia dos brancos. Tratava-se de um funcionário público, portanto “assimilado”, conforme o texto lei, mais precisamente o Estatuto do Indigenato da Colônia de Angola. Ter-se-á então dirigido, de cabeça perdida, ao Consulado Britânico, onde hoje está a Embaixada, a caminho da Fortaleza, e pedido a nacionalidade Inglesa. Responderam-lhe, claro, que não podia ser. Suicidou-se, abaixo da ponte que ali perto ainda se vê (ABREU, 2019, p. 74).

Tanto Antero Abreu como Óscar Ribas falam sobre este triste acontecimento na altura em que foram entrevistados por Laban (2002), não adiantaram datas sobre o ocorrido, mas as narrativas caminham na mesma direção. Óscar Ribas fala do “suicídio do senhor preto”, julgamos nós que o período do nostálgico acontecimento acentua-se num momento em que vigorava o estatuto do indigenato, em que a discriminação tornava-se um dispositivo para poder dominar os tais ditos “indígenas”, os considerados incultos e atrasados.

Atualmente, quando passo de automóvel pela Nova Marginal de Luanda, a minha memória automaticamente alcança dois lugares, o primeiro vai rebuscar o assunto que Antero Abreu (2019) narra no parágrafo supracitado. Em segundo lugar, procuro olhar para o Consulado Britânico, local do triste acontecimento. Neste contexto, este local é demarcado por vestígios do passado, mas também é onde pode abrir discussões sobre a memória, a imagem e a experiência, questões elevadas e examinadas por Bergson (2006), em *Memória e vida. Textos escolhidos*. Existe uma associação entre o tempo e a conveniência da vida prática, ou seja, não se pode ter vida sem lembrança, esta constante garante a continuidade entre passado e presente. As relações do corpo e a memória, a lembrança, a imagem, o desdobramento do pensamento ao cérebro, a significação e a percepção são elementos que estão atrelados na tarefa de elaboração do passado, sobretudo quando esta tarefa tem como ponto de apoio as imagens (BERGSON, 2006).

Este lugar a que Antero Abreu (2019) faz referência é um lugar que arquiva o acontecido, mas também é um lugar físico mediado por rastros, ora por rastro cerebral, ora por rastro afetivo e documental, estas dimensões associadas ao consultar as memórias de Abreu (2019) tanto no livro de Laban (2002) como nas suas memórias, perante a minha comoção face ao acontecido e o lugar que tomo como ponto de partida para relacionar o que aquele lugar arquiva, ou seja, o lugar da ponte, e o lugar do Consulado Britânico são lugares que representam o físico, o visível, mas também são espaços que intermedeiam o acontecido, o vivido e o social. Na imagem abaixo, a ponte onde ocorreu o suicídio:

Figura 3 – Ponte da rua José Pedro Tuca.



Fonte: Postada por Yuri Nguifada Agostinho no Grupo do Facebook Luanda de Antigamente.⁷

Ao olharmos o edificado colonial de Luanda em sala de aula, deparamo-nos também com imagens de vários cinemas espalhados ao longo da cidade, estes lugares atualmente harmonizam-se com o que Didi-Huberman (2011) chama de sobrevivência “vaga-lume”. Será mesmo que os “vaga-lumes” em Luanda também desapareceram? Será que enviam para o presente sinais de intermitência e para o passado luzes? Questões que nos levam a ir para o passado para saber o que representaram estes cinemas e o que vemos deles no presente.

Se imergimos no passado, estes cinemas representaram lugares de encontros; lugares de diversão; lugares de exibição de filmes; instituídos para divulgar instrumentos de propaganda colonial, lugares que demarcaram fronteiras raciais e locais onde houve práticas de segregação. Ao emergirmos para o presente, encontramos os vaga-lumes a seguir para outros lugares, a saída deles representa o convívio, por outro lado estas infraestruturas seguem os “vaga-lumes”: do esquecimento, da lembrança; da imagem e dos vestígios na memória.

O curioso é que alguns cinemas foram derrubados e por sua vez construídos outros edifícios, os espaços para as atividades culturais começam a desaparecer, consequentemente os “vaga-lumes” do teatro Avenida sumiram, os do cine Loanda ainda se encontram, mas se escondem no presente. Os “vaga-lumes” avançam e o poder imobiliário segue, a dicotomia entre o moderno e o antigo marca várias espacialidades no espaço urbano. O espaço antigo

⁷ AGOSTINHO, Yuri Nguifada. Ponte da rua José Pedro Tuca. 02 de maio de 2021. Facebook groups: Luanda do antigamente. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=4132869780097815&set=gm.459333491797515>. Acesso em 05 de junho de 2021.

reveste-se do novo edificado e a cidade começa a ganhar novas feições. Neste contexto, a cidade não é um campo imóvel, ela transforma-se a todo momento, por isso o espaço físico urbano de Luanda é um lugar que se abre no feixe da luz do tempo e se aperta na meia-luz dos lugares de memória.

Os lugares de memória estarão sempre entre o “espaço que se dá a ler” e o “tempo que se dá a ver”, é nesta oposição de ler o espaço e o tempo que é factível descortinar a permuta dos rastros e a confrontação entre a memória e o patrimônio (RICOEUR *apud* PESAVENTO, 2005, p. 9). Se os vaga-lumes avançam, Candau (2005, p. 191) “declara que os meios de memórias desaparecem e outros emergem”. Por outro lado, “os lugares de memória podem estacionar seguros na longa duração e solidificados por exemplo nos topônimos”. Por isso, em sala de aula ao olharmos o edificado colonial de Luanda, associou-se o lugar que a fotografia nos apresenta a partir dos elementos que compõem a paisagem urbana congelada na foto, ou seja, falamos sobre as ruas e os topônimos, questões que nos levaram a outros lugares de memória. Por exemplo, no distrito da Ingombota, quando falamos sobre a igreja do Carmo e do Governo provincial de Luanda, recorri logo para as minhas memórias.

Estes lugares residem na minha memória porque estão inscritos por imagens no meu interior e por outro lado por representações no exterior que são suportadas por experiências e pela memória como um elemento central no cotidiano das pessoas, uma vez que ela garante uma conexão do mundo (objeto, movimento, passado e presente). Quem guarda a memória de uma cidade ou de um bairro não são os arquitetos, mas as pessoas através das lembranças. Neste contexto, a memória de um lugar, a memória de uma cidade, é, portanto, uma memória coletiva. A memória individual pode ajudar a trazer a memória do passado para o presente das cidades. Este exercício de mergulhar no passado é um sinal de que o passado quando é ressuscitado é também até certo ponto uma criação: ou seja, Proust não fala de sua vida tal como realmente foi, mas sim como ele dela se lembra (BENJAMIN, 1994).

Neste contexto, “o passado é uma das grandezas indispensáveis da particularidade. É concretizado na paisagem e guardado em “instituições de memória”, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares” (ABREU, 1998, p. 7). Por isso, um lugar é uma posição (seja qual for) segundo a qual se partilham elementos nas relações de concomitância. Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Por outro lado, um lugar implica uma indicação de estabilidade. Onde há lugar há um espaço, porque o espaço traduz-se na presença de vetores de direção, quantidades, velocidades e é variável tempo (CERTEAU, 1994, p. 202).

O quadro dos relatos provenientes das fotografias do edificado colonial de Luanda representa em sala de aula: trajetórias, deslocamentos, tempos, proximidades, posições, práticas, passagens, operações e congelamentos. Quando Nora (2012) afirma que os lugares de memória pertencem a dois domínios: o primeiro que o torna interessante e o segundo complexo, neste contexto os lugares congelam-se num triângulo constituído por três elementos: material, simbólico e funcional. Sempre que existirem lugares de memória eles estarão presentes porque são espaços com carácter: (i) demográfico – material; (ii) funcional – hipótese e (iii) simbólico – por ser lugar que carrega o acontecido e a experiência (NORA, 2012, p. 21-22). É de realçar que “lugares de memória” é uma expressão acompanhada por uma trajetória “atravessada por apropriações diversas, críticas e controvérsias” (GONÇALVES, 2012, p. 29).

Mas ao longo do tempo o termo ganhou novos usos, se olharmos para os lugares de memória trazidos para este artigo, identificados primeiramente os lugares de memória numa rede social e, depois, outros lugares em espaço da sala de aula, podemos encontrar elementos para consolidar a primícia de Nora (2012). Quais são estes elementos? Quando Nora (2012) fala em lugar demográfico, podemos por exemplo ver o grupo Luanda do Antigamente como um lugar demográfico, constituído pelas fotografias, pelos comentários que são os limites deste lugar demográfico, ou seja, as fotografias vão alimentando e delimitando os lugares de memória, por serem um quadro que suporta as emoções, os territórios, as fronteiras e as lembranças. Já o lugar funcional e simbólico é caracterizado pela disponibilidade de o grupo ser utilizado como instrumento que faz parte de uma rede social e que pode ser utilizado para outros fins, ou seja, o fato de o grupo Luanda do Antigamente ser levado para o ambiente de sala de aula representa um lugar com possibilidades de novas representações e interpretações.

É por isso que as fotografias vistas em sala de aula permitiram que os alunos fossem para outros lugares da memória, por causa dos lugares que não são habitados pela memória dos estudantes. Por isso, a memória individual pode fornecer subsídios para buscar a memória das cidades. “A partir dela, ou de seus registros, pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e atingir momentos urbanos que já passaram e formas espaciais que já desapareceram. A importância desse resgate para a identidade de um lugar é inquestionável” (ABREU, 1998, p. 11).

Se virmos acima os relatos provenientes dos lugares de memória da cidade de Luanda, saem de uma operação individual, que não se fecha nesta dimensão da memória, mas dialoga com a memória coletiva. Porque quando falamos de uma memória individual, ela não é

estritamente individual na sua plenitude, já que ela é subjetiva, os vários lugares de memória, como pudemos ver nos parágrafos acima, também podem não ser marcados por todos, ou seja, alguém pode trazer uma narrativa do lugar que não se relaciona com o lugar e com o acontecido. Logo, podemos fazer da nossa memória o que bem quisermos. Isso ficou claro em sala de aula. Candau (2012, p. 157) vai dizer que a razão indispensável de ser de um lugar de memória, “é a de defender o tempo, travar a tarefa de esquecimento, situar um estado de coisas, eternizar o falecimento”.

A memória coletiva de um grupo pode representar lugares de memória que não são homogêneos, como Montenegro (2013, p. 19) afirma: “tanto o grupo como o indivíduo operam nas transformações, nos acontecimentos, nas situações e na reelaboração constante da memória”. De tal forma que a cidade une os indivíduos, famílias e grupos sociais e, por outro lado, permite também que as memórias destes indivíduos não fiquem perdidas no tempo, pois é através destas memórias que os indivíduos sinalizam os lugares de memória no espaço físico da cidade. O campo da memória constrói-se a partir de eventos e dos fatos que se transfiguram em história, por isso os lugares que apreciamos nas páginas acima sinalizam várias histórias e vários lugares de memória.

O que faz com que surja uma memória de determinado grupo ou uma memória social, de determinado lugar são as relações sociais que os grupos preservam com um espaço frequentado. Os contatos, nos mais diversos níveis na cidade, podem ser de domínio, de colaboração ou de disputa, se diversificam tanto no tempo como no espaço. Naturalmente, a vivência da cidade providencia imensas memórias coletivas, que podem ser bastante distintas umas das outras, mas que têm como lugar comum a ligação a esta mesma cidade (ABREU, 1998, p. 14). A memória e os lugares de memória se ligam e sustentam reciprocamente, através dos meios de memória, a cidade é um espaço que permite à memória produzir lugares de memória, onde os relatos se preocupam em fazer um inventário de lugares, viagens, temporalidades, narrativas e lembranças. Por isso, olhar para o edificado colonial de Luanda no grupo Luanda do Antigamente no Facebook em sala de aula obrigou-nos a ter um sentimento do passado que não é melancólico, mas sentimento que se renovou a todo instante. É desta forma que o edificado colonial de Luanda pode ser articulado sob vários olhares, tudo dependerá da forma como iremos estruturar a experiência.

Considerações finais

Observar a cidade de Luanda permitiu revelar um regime de escrita atrelado a uma experiência em sala de aula. Estar em sala de aula e fazer parte do grupo Luanda do Anticamente permitiu uma articulação entre o fazer histórico e o edificado colonial de Luanda. O edificado colonial de Luanda deve ser experienciado e partilhado como um espaço com possibilidades de agregar valores, fazeres e saberes. Por outro lado, a história pública deve ser levada para o espaço da sala de aula, a partir da perspectiva que o ensino deve estar ligado ao processo de usos do passado, por estimular processos de observação, como registros analíticos representando quadros de significações e conhecimentos. Olhar o edificado colonial de Luanda em sala de aula permitiu implementar métodos e promover diálogos que estiveram no campo da história pública e dos lugares de memória.

O espaço em sala de aula permitiu que os estudantes identificassem o lugar do edificado colonial de Luanda como meio concebido que intermedeia os vários lugares provenientes de um diálogo performativo, acompanhado de processos que antes passaram por uma problematização, por meio de imagens, tempos, espaços, públicos, e o pensar no procedimento de ensino e aprendizagem. A cidade, por ter um espaço “flexível”, para além, acopla-se no campo da história, da arquitetura, do turismo, da antropologia e outras áreas afins, para esta experiência em sala de aula, o campo da educação, serviu de base de apoio na intermediação dos lugares de memória e a história pública. Esta intermediação pode contribuir muito para que os estudantes adquiram outro olhar sobre a cidade porque, conhecendo a sua história, reconhecem e valorizam o valor do seu patrimônio.

Referências

- ABREU, Antero. **Farrapos de memória (Angola-Portugal)**. Luanda: Fundação Dr. António Agostinho Neto, 2019.
- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, ano III, n. 4, p. 9-17, 1998.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? E outros ensaios**. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas. Magia e Técnica. Arte e Política**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- BERGSON, Henri. **Memória e vida. Textos escolhidos**. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- CANDAU, Joël. **Antropologia da Memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. 1. Artes de Fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Trad. Vera Casa Nova; Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Qual a relação entre a história Pública e o Ensino? In: MAUAD, Ana Maria; SANTIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (orgs.). **Que história pública queremos?/What public history do We Want?**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 31-38.
- GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiæ**, Rio Grande, 3 (3), p. 27- 46, 2012.
- HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo. Editora Vértice, Revista dos Tribunais, 1990.
- HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, v. 22, n. 36, p. 261-273, 2006.
- JORDANOVA, L. **History in practice**. London: Arnold, 2000.
- KOSELLECK, Reinhart. **Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia**. Traducción de Daniel Innerarity. Ediciones Paidós. I. C. E. de la Universidad Autónoma de Barcelona. Barcelona, 2001.
- LABAN, Michel. **Angola - Encontro com escritores**. Porto: Edição Fundação Eng. António de Almeida, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: editora UFMG, 2002.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? Os públicos e seu passado. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 31-52.

MAGALHÃES, Marcelo [et al.]. **Ensino de história: usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, n. 74, p. 135-154, 2017.

MENESES, José Newton Coelho. Todo patrimônio é uma forma de história pública? In: MAUAD, Ana Maria; SANTIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **Que história pública queremos?/ What public history do We Want?**. São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 69-75.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 10, out. 2012. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 16 nov. 2019.

PESAVENTO, Sandra. **Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a Memória e o patrimônio urbano**. In: v. II, n. 4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez, 2005.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História: uma teoria da história como ciência**. Trad. Estevão Martins. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

Recebido em 15 de fevereiro de 2021 | Aceito em 20 de abril de 2021



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional